

COMENTÁRIOS SOBRE A TEORIA DA AÇÃO EM HABERMAS*

Antonio de Ponte Jardim

RESUMO

Estes comentários ressaltam os aspectos referentes à questão das diferenças entre *mundo da vida e sistema* e o papel do Estado e do Mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Estes aspectos da teoria de Habermas são essenciais, no sentido de sua abrangência na sociedade atual. A partir desses comentários, ressaltam-se as principais críticas que comumente são feitas à teoria habermasiana.

Unitermos: Ação Comunicativa, Mundo da Vida, Estado, Mercado

COLOCAÇÃO DA PROPOSTA HABERMASIANA

O projeto habermasiano tem como um dos seus objetivos principais mostrar que questões valorativas podem ser tratadas de forma racional, não arbitrária, onde a superação da dicotomia entre fato e valor se fundamenta na identificação de critérios universais para justificar racionalmente as normas implícitas na estrutura da comunicação, tal como se realiza nos atos da fala (Godim, 1995).

A partir dos atos da fala Habermas criou a teoria da ação, que pode ser utilizada (e instrumentalizada) basicamente de três modos:

- 1) Como uma concepção convincente da racionalidade em relação ao discurso cotidiano que permite que se refute toda forma de relativismo como algo incoerente;
- 2) No sentido de que a concepção da racionalidade comunicativa implica conseqüências políticas, isto porque sua perspectiva utópica de racionalização e liberdade está baseada nas condições de socialização dos indivíduos e está inserta nos mecanismos lingüísticos de reprodução da espécie humana,
- 3) No sentido de quando a racionalidade é vista como razão instrumental, o potencial da razão comunicativa fica deslocado e distorcido no curso do desenvolvimento capitalista

* Publicado em **Pró-ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, jan./mar., 1997, p.7-15

(da modernização capitalista), isto porque o desenvolvimento capitalista está associado a um “padrão seletivo de racionalização”.(Calinicos, 1993:179-239).

Desse modo, a Teoria da Ação (Comunicativa) de Habermas se propõe entender a modernidade ocidental sob a perspectiva da racionalidade cultural e societária e os efeitos do processo de racionalização sobre os atores sociais. 1) Através da **lógica estratégica**; do sistema que organiza o mercado e o Estado e, 2) da **lógica da racionalidade comunicativa** que permite a organização da solidariedade e da identidade no interior do mundo da vida.

A partir dessa idéia, Habermas traça um diagnóstico dos problemas contemporâneos das sociedades ocidentais através da utilização de um instrumental sociológico, que permite analisar a racionalização enquanto processo de diferenciação interna dos subsistemas da ação estratégica. E, ao mesmo tempo, privilegia a perspectiva dos atores na compreensão dos processos culturais, sociais e políticos. A análise de Habermas sobre a sociedade tem como objetivo de determiná-la enquanto esfera simultaneamente pública e política, cuja explicação da ação social se articularia com o movimento político de defesa da sociedade contra a penetração dos subsistemas em áreas organizadas em torno da reprodução de formas comunicativas de Ação.

Habermas parte do suposto de que o processo de desenvolvimento Capitalista Ocidental permitiu a ocorrência de um mecanismo de diferenciação das estruturas da racionalidade que contribuiu para que as estruturas sistêmicas se tornassem, cada vez, mais complexas em relação ao processo de racionalização comunicativa do mundo da vida (Avritzer, 1993).

A partir dessas questões gerais, por nós destacadas, da proposta Habermasiana, os nossos comentários têm o objetivo, ainda que de modo simplificado, destacar aspectos referentes ao papel do Estado e do Mercado nas sociedades capitalistas.

As principais fontes teóricas de Habermas são: o marxismo (sobretudo de Marx e Lukács); a filosofia da linguagem desenvolvida pela Escola de Oxford (Searle e Austin); a hermenêutica de Gadamer; o interacionismo simbólico (de Schutz e Goffman); o

estruturalismo genético (de Piaget); a teoria dos sistemas de Luhmann; a teoria social de Weber e a teoria da integração social de Durkheim e Parsons.

Princípios básicos da teoria da Ação

A teoria da Ação de Habermas parte do suposto de que os homens agem como sujeitos dotados de capacidade de ação e que a concretizam, em conjunto, de acordo com a sua racionalidade (agem em função de uma razão, de interesses, no sentido Weberiano).

A concepção teórica de Habermas está voltada principalmente para a reconstrução das condições existentes (no sentido da totalidade Durkheimiana), pois, os indivíduos quando socializados, se comunicam através da linguagem e não se tem como evitar o emprego dessa linguagem que está voltada para o entendimento; daí, a razão comunicativa, (Habermas, 1993:95-112). Portanto, a ação para Habermas expressa a intenção do agente em relação à realidade e quando se afasta de uma relação intencional com a realidade (objetiva, social e subjetiva) perde qualquer conteúdo cognitivo, normativo e expressivo. Nesse sentido, existem quatro tipos básicos de ações:

- 1) A ação estratégica/teleológica é quando as decisões e o comportamento de pelo menos uma pessoa (um agente) são incluídas no cálculo correspondente aos meios e fins;
- 2) A ação normativa é quando a intenção básica é atender as expectativas recíprocas mediante o ajuste de conduta a normas e valores compartilhados;
- 3) A ação dramática é quando o objetivo principal é a auto-representação. Está ligada à projeção de uma imagem pública e a “representação de papéis” (no sentido do interacionismo simbólico de Goffmann). Toda ação dramática é implicitamente estratégica e visa obter uma resposta determinada de certa audiência, e,
- 4) A ação comunicativa se dá quando duas ou mais pessoas procuram expressamente chegar a um acordo voluntário de modo a poder cooperar. A ação comunicativa é constituída de

sentidos compartilhados e envolve um esforço explícito e concentrado para alcançar um acordo sobre o espectro das reivindicações de validade.

Ao se agir estrategicamente, forçar-se os outros a contribuírem para determinada meta, no sentido de emitir ordens, ameaças, mentiras e outras proposições manipuladoras.

Para Habermas, a prática cotidiana orientada para o entendimento está permeada de idealizações inevitáveis que permitem ao **médium** da linguagem coloquial a reprodução de nossa vida. Essas idealizações estão associadas aos conteúdos normativos encontráveis em nossas práticas das quais não podemos prescindir, porque a linguagem (associada a “visão do mundo”) é constitutiva para as formas de vida sócio-culturais (Habermas, 1993, op. cit.).

No mundo da vida, compartilhamos intersubjetivamente um amplo consenso sem o qual a prática cotidiana não poderia funcionar. Portanto, sem esse consenso as pessoas não poderiam agir comunicativamente. O agir comunicativamente realiza-se através da linguagem comum, em um mundo explorado pela própria linguagem, pré-interpretado, em formas de vida compartilhada culturalmente, em contextos normativos, em tradições, rotinas etc. Entretanto, o agir comunicativo não significa a mesma coisa que argumentação, pois, a argumentação se expressa como formas de comunicação inverossímeis, ou seja, são formas de comunicação repletas de pressupostos que sustentam o agir estratégico.

O processo de racionalização do mundo faz que Habermas faça a distinção entre **sistema** e **mundo da vida**. A diferença entre o mundo da vida e sistema refere-se não à distinção lógica entre funções integradas existentes em todas as sociedades como também pelo próprio processo evolucionário estabelecido pela racionalização do mundo da vida (pela lógica prática dos indivíduos). Essa distinção entre sistema e mundo da vida é importante para especificar as esferas da reprodução social (material e simbólica) que designam as funções integradas da sociedade (do sistema e do social) nos diferentes contextos da ação (estratégica e comunicativa). Essa diferenciação (entre mundo da vida e sistema) foi a que estabeleceu as diferenças entre o público e o privado.

O Sistema integra as diversas atividades (da sociedade) no sentido de regular as conseqüências não-pretendidas da ação estratégica por mecanismos de mercado ou burocráticos que limitam o escopo das decisões voluntárias. Em síntese, o conceito de sistema refere-se às implicações funcionais das ações para a reprodução de uma sociedade determinada.

O mundo da vida contribui para manter a identidade social e individual ao organizar a ação em torno de valores compartilhados, de modo a alcançar um acordo sobre aspectos de validade que são passíveis de crítica. Em síntese, o mundo da vida se traduz através de mecanismos pelos quais os agentes sociais chegam a uma compreensão compartilhada do mundo (“*Visão de mundo*”).

A separação entre mundo da vida e sistema ocorre em sociedades estratificadas em classes e organizadas pelo Estado, onde a integração do sistema ao mundo da vida está condicionada a sua própria racionalização. Desse modo, reduz-se, gradativamente o mundo da vida a um apêndice do sistema (através da racionalidade instrumentalizada). Este mecanismo de redução permite que áreas inteiras (da produção e da reprodução) sejam transferidas para o sistema (o que Habermas chama de geração de valor). Entretanto, Habermas observa duas tendências contrárias que surgem a partir da generalização do valor: de um lado, a comunicação orientada para o consenso torna-se tão geral na sua aplicação que toda interação exige, cada vez mais, uma justificação imediata e uma longa negociação. De outro lado, a comunicação pode ser generalizada mediante os meios de comunicação de massa de forma que servem para construir tal tendência. Desse modo, a comunicação é liberada de perigo constante da disseminação por dois mecanismos: o de condensar a comunicação e o de substituí-la pela ação orientada para o êxodo. Estes mecanismos, por sua vez, possibilitam a aplicação de dois métodos para induzir a aceitação; o da autoridade e o do prestígio. Ambos podem ser empregados para motivar a ação estrategicamente (no sentido empírico) ou consensualmente (no sentido racional). Para Habermas a condensação da ação comunicativa tem vantagens e desvantagens, embora seja indispensável para gerar consenso ela possui um potencial de abuso manipulativo nas sociedades contemporâneas.

Para Habermas os problemas do **Sistema** não são sempre econômicos mas derivados, geralmente, da base social da sociedade. Entretanto, só a sociedade capitalista, através da institucionalização formal, permite um mecanismo baseado exclusivamente no mercado para regular o acesso à propriedade e a distribuição de riqueza.

A distribuição desigual da riqueza nas sociedades capitalistas gera novos problemas de conflito de classe. Estes conflitos são contidos por mecanismos de despolitização das relações de classe, onde o Estado garante as condições gerais de produção e de reprodução, através da lei e da ordem que propiciam de modo sistemático, a educação, transporte, comunicação etc.; mas deixam o mercado inviolável, no sentido de “atuar” como mecanismo autônomo de troca e distribuição de bens e serviços.

A função do mercado é liberar a ordem política das pressões em favor da legitimação (no sentido da lei). Assim, a ideologia burguesa oculta a exploração do trabalho através da fachada impessoal dos contratos de trabalho involuntários (no sentido das condições de liberdade universal na troca de equivalentes no mercado). Desse modo, o conflito de classes se desloca da arena politizada da interação social para o domínio não-normativo e impessoal das transações do mercado. Descolando-se, assim, o eixo das relações de produção e de acumulação de capital para a demanda de consumidores (transmutam-se produtores e vendedores de força de trabalho em consumidores de bens e serviços).

A construção teórica sobre o mundo da vida Habermas fundamenta-se em Weber em dois aspectos:

- 1) Em relação à questão da diferenciação entre “âmbitos culturais independentes” onde a ciência, o direito, a moralidade e a arte constituem práticas culturais independentes, cada uma é regulada por seus princípios próprios e específicos. Este processo de autonomização envolve segundo Habermas, a “racionalização das imagens do mundo”. Há uma desfeitichização do mundo na medida em que se separa natureza da cultura e se traça uma distinção entre **mundo físico**, governado por leis causais e o **mundo humano**, permeado de significados e propósitos. Nesta distinção, a natureza deixa de ser uma

projeção das preocupações humanas. Este processo de racionalização implica a formalização da mesma razão. Segundo Habermas, a racionalidade já não consiste em certas idéias substantivas, senão nos procedimentos que sustentam as idéias e estão implícitos em todo ato de fala.

- 2) A modernização implica uma segunda forma de diferenciação que se estabelece entre **sistema e mundo da vida**. É condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo que a integração sistêmica se desprenda da integração social, como vimos. A reprodução da sociedade depende, cada vez mais, do surgimento de “mecanismos sistêmicos que estabilizam plexos de ação não pretendidos mediante um entrelaçamento funcional das conseqüências da ação”.

O Mercado e o Estado

Funcionam como dois subsistemas autorregulados que se separam do mundo da vida. A compreensão da ação depende cada vez menos da compreensão compartilhada pelo agente e mais de operações impessoais dos subsistemas econômico e político. “O sistema econômico se diferenciou e se separou das demais manifestações e instituições sociais, assumindo, com a consolidação do capitalismo, dominação sobre as demais esferas da vida social” (Randolph, 1995).

O mercado e o Estado funcionam separadamente do tecido da vida cotidiana, mediados através do dinheiro. A autonomia do mercado e Estado pressupõe a diferenciação do mundo da vida nos âmbitos culturais independentes, o que permite o desenvolvimento do sistema legal formalizado que submete o mundo da vida a uma racionalidade cognocitivo-instrumental. Esta racionalidade avança para além dos limites da economia e do Estado e obtém o seu domínio a expensas da racionalidade ético-política e estético-prática (da lógica prática estabelecida, em parte, pelo mundo da vida e pelo sistema) no âmbito cultural que gera, através da politização resultante do mercado, uma crescente exigência de legitimação cuja progressiva monetarização e burocratização da vida cotidiana impedem a satisfação dos desejos e das necessidades (Habermas, 1980). Desse modo, “o sistema econômico

estabelece relações nas quais se trocam numa direção, salários por desempenho da força de trabalho e na outra direção, mercadorias (bens e serviços), dando origens à figura do consumidor (Randolph, 1995).

A Questão do Estado em Habermas

Para Habermas o capitalismo avançado se caracteriza pela concentração extrema de corporações multinacionais e pela intervenção estatal que tendem ambas, a limitar, diminuir ou substituir estruturas do mercado. Nestas sociedades o sistema econômico caracteriza-se por três setores: o **setor público** que reúne empresas governamentais e firmas privadas que dependem de contratos do governo e cuja decisão de investir é feita sem considerar o mercado. **O setor privado** composto de setores monopolista e competitivo, onde o mercado é um fator, embora a competição só seja tolerada dentro de limites muito estreitos. No capitalismo liberal, **o setor administrativo** oferece os pré-requisitos mínimos para criar e manter o sistema econômico, mediante garantia de propriedade e das relações contratuais num sistema de direito civil; no capitalismo avançado, o governo assume o ônus adicional de regular o ciclo econômico pelo planejamento nacional e de criar e aprimorar as condições de utilização do excesso de capital.

No capitalismo avançado, o Estado empreende o controle da tendência à crise econômica antes que esta assuma proporções politicamente voláteis - aceita demandas reformistas dos movimentos sindicais e sociais - como o resultado de que o anonimato político é substituído pelo anonimato social; a diferença entre beneficiários e vítimas deixa de ter forma palpável de contraste entre os poucos capitalistas enriquecidos e a grande massa de trabalhadores empobrecidos.

Habermas está convencido de que as medidas que precisam ser tomadas pelo Estado para impedir as crises econômicas simplesmente deslocam, para cima, a contradição entre produção social e fins privados, precipitando, desse modo, a crise de racionalidade e de legitimidade no nível do sistema político e crises de movimentação no nível do sistema sócio-cultural. Ao contrário dos problemas derivados do crescimento capitalista liberal, a

tendência às crises de racionalidade, legitimidade e motivação é endêmica no capitalismo avançado.

Para Habermas, a teoria ortodoxa (ele se refere à teoria marxista) considera o Estado capitalista avançado sujeito aos imperativos de um sistema econômico auto-regulado (através da lei do valor) subestima a escala em que o Estado subsiste aos mecanismos de mercado e altera as estruturas de classe, sob os quais a mais-valia é produzida. De acordo com a teoria revisionista das crises econômicas, o funcionamento espontâneo das leis econômicas foi subestimado pela orientação centralizada do aparato econômico. O Estado age em nome do interesse coletivo dos monopólios reunidos, liberando as decisões de investir no jogo do mercado e repolitizando as relações de classe, de modo que as crises econômicas assumem uma forma política. Entretanto, para Habermas, essa explicação sobrestima a capacidade de orientação das burocracias imperfeitamente coordenadas, cujo poder depende de grupos de interesses conflitantes e ignora na medida em que o governo age contra esses interesses para preservar o *status quo* econômico (Habermas, 1980: 47-56). Habermas conclui que uma análise correta das tendências que levam à crise econômica no capitalismo avançado precisa fundamentar-se numa noção de planejamento administrativo limitado, que substitui os mecanismos de mercado sem alterar, fundamentalmente, as relações de propriedade que circunscrevem a acumulação de capital. Para ele, o Estado procura manter a produtividade e o crescimento e minimiza os efeitos antifuncionais da acumulação de capital, procurando ao mesmo tempo, legitimar-se por meio de artifícios formais (através do agir estratégico). Em última análise, a capacidade do Estado de conter as tendências que levam à crise econômica depende das possibilidades que tem de distribuir a receita tributária racionalmente (isto é, de financiar os custos ambientais e sociais da produção) sem prejudicar sua posição em relação às massas, cujo apoio lhe é necessário para motivar a aceitação de suas decisões.

O Estado moderno cumpre desse modo, o papel de dissipador da “consciência tecnocrática” que vai permitir a utilização da racionalização com o propósito da manutenção do crescimento estável. Essa “consciência” precisa ser orientada (por aqueles

que dominam e “sabem fazer”, no sentido político-administrativo) de cima para baixo pelas elites burocráticas treinadas para esse fim.

Em síntese, o Estado contemporâneo submete, cada vez mais, o mundo da vida a uma visão reducionista imposta pela concepção sistêmica do saber e do agir estratégicos. Essa visão usa a argumentação do saber técnico e da eficiência para encobrir os reais interesses de um reduzido número de corporações multinacionais que, cada vez mais, difundem e instrumentalizam o saber técnico como um dos mecanismos essenciais da racionalização. Esse processo serve para encobrir os mecanismos de controle político e social sobre os Estados Nacionais, sob o pretexto de modernização e serve para legitimar os interesses de um reduzido número de indivíduos detentores dos interesses do capital.

Críticas à Teoria da Ação em Habermas

- 1) Em Habermas a História se converte ao consenso racionalmente fundado em todo ato de fala e articula-se, cada vez mais explícita, nas estruturas normativas e na consciência moral. Desse modo, os princípios de materialismo dialético dão lugar ao consenso em vez da luta de classes, as contradições sociais se deslocam para a racionalidade comunicativa;
- 2) Habermas argumenta que a concepção consensual do social fez que no capitalismo tardio superasse as contradições econômicas analisadas por Marx no *Capital*, de modo que “a ortodoxia marxista resulta difícil explicar o intervencionismo do Estado, a democracia de massas e o *welfare-state*’. O que se observa no capitalismo tardio e “organizado”, o controle político da economia assegura, graças à técnicas Keynesianas (Tayloristas/Fordistas) da administração da demanda, uma trégua na luta de classes, deslocando-se, assim, as contradições sociais e econômicas para outras esferas (desloca-se para a esfera do Estado e das relações de mercado);
- 3) Para Habermas as instituições da democracia parlamentar representam a regulação consensual da vida social. Entretanto, o que se tem observado é que as formas democráticas

entram em conflito com o capitalismo, governado pelo imperativo da integração sistêmica regulada pelo mercado. Desse modo, as idéias de Habermas sobre a democracia tendem a independizar as estruturas normativas de modo que trata a sociedade como uma realidade moral;

4) A análise sobre o conflito entre mundo da vida e sistema deixa a desejar, porque, (Avritzer, 1993):

a) em primeiro lugar, a natureza efêmera dos novos movimentos sociais põe em dúvida sua capacidade de desembrenhar um papel tão amplo e tão definido como a defesa do mundo da vida;

b) Em segundo lugar, a limitação da esfera pública à função da defesa do mundo da vida põe em dúvida a capacidade desta última de redefinir a relação entre o público e as esferas do exercício da autoridade;

c) em terceiro lugar, não está claro se é possível estender a estratégia que Habermas propõe para identificar a racionalidade comunicativa com a prática dos novos movimentos sociais em países de desenvolvimento capitalista tardio;

5) Habermas não sustenta como a teoria marxista de que a diferenciação social se constitui em um problema em si. Pelo contrário, sustenta a existência de uma indissociável tensão entre Estado e Mercado por um lado, e as estruturas interativas do mundo da vida, por outro.

Bibliografia Consultada:

ALCONFORADO, I.E. (1993) - *Teoria Crítica e Planejamento - uma reflexão acerca da experiência de planejamento*. Tese de mestrado, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ.

AVRITZER, L. (1993) - *Além da dicotomia Estado/mercado, Habermas, Cohen e Arato - Novos Estudos*, nº 36, julho de 1993, p.: 213-223.

CALINOS, A..(1993) - *Contra el Postmodernismo: una crítica marxista*, Bogotá, El. Ancora Editores, p.:179-229.

- GONDIM, L. M. P.(1995) - *A dimensão ético-política da prática do Planejamento: Comentários sobre as propostas teórico-metodológica de John Foraster*, Trabalho apresentado no **encontro sobre pobreza, urbanização e meio ambiente - IPPUR/UFRJ**, Itamonte, MG., de 30 de maio a 2 de junho.
- HABERMAS, J. (1994) **Teoría de la Acción Comunicativa Complementos y Estudios Previos**, Madrid, Catedra.
- _____ (1990) - **Pensamento Pós-Metafísico** - estudos filosóficos, Rio de Janeiro, tempo brasileiro.
- _____ (1980) - **A crise de legitimação no capitalismo tardio**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____ (1993) - **Passado como Futuro**, parte 5 (sobre o alcance e as limitações das teorias), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p.:95-112.
- NIGRAN, D. (1993) - **Habermas e a dialética da razão**. Traduzido por Sérgio Bath, Brasília, Universidade de Brasília.
- RANDOLPH, R. (1995) - *O Planejamento comunicativo é possível? Indicações e reflexões sobre novas formas de articulação entre Espaço, Estado e sociedade no Brasil*. Trabalho apresentado no **XXIV Encontro Nacional da ANPOCS**, Caxambu, MG. de 17 a 21 de outubro.